

A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

Coordenação: Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

Revisão: Joana Paulino

Figura da capa: Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-06-9

Depósito Legal: 368276/13

Concepção gráfica: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Setembro 2013

CRISES DE MORTALIDADE EM QUATRO PARÓQUIAS DA CIDADE DE ANGRA NO SÉCULO XVIII (UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS REGISTOS DE ÓBITO)

JOSÉ GUILHERME REIS LEITE*
MARIA HERMÍNIA M. MESQUITA**

1. ANGRA NO SÉCULO XVIII

A cidade de Angra tem a particularidade de ser formada por uma malha urbana rodeada por uma vasta área que poderemos chamar suburbana e nalguns casos tipicamente rural, sendo por isso o seu termo alargado. O núcleo urbano é delimitado a sul pela baía, a poente pelos portões de S. Pedro ou porta de Santa Catarina, a nascente pelos portões de S. Bento e a norte pelos solares da Madre de Deus e da Santa Luzia (hoje desaparecido) com os seus terrenos agrícolas adjacentes.

Assim, a freguesia da Sé, ao centro, é a única verdadeiramente urbana, sendo ladeada a nascente pela freguesia de Nossa Senhora da Conceição (1553), a primeira a desanexar-se da Sé, também ela urbana, se bem que se estenda por um arrabalde de quintas ao norte, o Lameirinho e a Vinha Brava. A poente a freguesia de São Pedro (1572), formada por um pequeno núcleo urbano, o bairro de S. Pedro e por uma extensa área suburbana. São as quintas do Caminho de Baixo, entestando com a freguesia de S. Mateus da Calheta e ainda São Carlos e Pico da Urze. Por fim, uma outra área rural, a Boa Hora e a Terra-Chã, que dista cerca de 4 km da igreja paroquial e por isso foi desde cedo um curato. Ao norte, a freguesia de Santa Luzia (1595) formada também por uma malha urbana, que fechava a cidade, e uma extensa área rural que atingia as terras altas do Posto Santo. Por

* Universidade do Minho/CITCEM. guilhermereisleite@gmail.com

** Universidade do Minho/CITCEM. hermimesquita@sapo.pt

fim, a nascente, já fora da porta da cidade, a freguesia de São Bento (1572) muito ruralizada, estendendo-se para norte até ao Reguinho, onde fica a delimitação com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição e para nascente, delimitando o arrabalde citadino, com a freguesia de S. Pedro da Ribeirinha.

Desta forma, é difícil, com semelhante área, demarcar uma população de facto urbana de uma outra já rural nos hábitos de vida, mesmo sendo todos os arrabaldes pouco povoados. Em boa verdade, só a freguesia da Sé era uma área exclusivamente urbana, de serviços e de comércio, porque as outras, mesmo a Conceição, eram semi-rurais e com importantes bairros de marítimos e pescadores, como o bairro do Corpo Santo, na Conceição, vizinho do cais secundário de Angra, o Porto de Pipas e o bairro de S. Pedro, piscatório, servido pelo pequeno porto da Silveira, já fora das portas da cidade. Tudo isto tornava a população citadina bastante variada, diversificada nas ocupações e acantonada em bairros, o que se reflecte, sem dúvida, nos registos paroquiais.

O seu porto, que havia feito a glória de Angra, perdera importância e deixara mesmo de ser o mais eminente do arquipélago. Fora de longe ultrapassado pelo de Ponta Delgada e até pelo da Horta, por onde agora se fazia a maior parte do comércio, ainda que a legislação continuasse a privilegiar o porto de Angra.

Os novos produtos de exportação, o vinho e a laranja e até os cereais saíam sobretudo de São Miguel e do binómio Pico-Faial. Angra perdera o domínio e as frotas coloniais raramente paravam na sua baía. Continuava a haver um Provedor das Armadas, é certo, mas o velho esplendor desaparecera inevitavelmente.

Contudo, a cidade era o centro de uma burocracia da coroa pois nela tinham assento os detentores das jurisdições régias delegadas. O Corregedor da Comarca das Ilhas e o Provedor da Fazenda eram a face mais visível do poder régio nos Açores. Além deles, o Bispo, o Cabido da Sé, os beneficiados e as colegiadas engrandeciam a cidade e formavam uma importante e rica comunidade eclesial, a que também pertenciam os Conventos, o de S. Francisco e o da Graça e ainda o dos Capuchos, este extra muros, a que se juntava o Colégio da Companhia de Jesus e os mosteiros, o de São Gonçalo, o da Esperança, o da Conceição das freiras e o de São Sebastião, com centenas de professos que todos juntos, avaliou Drumond no século XVIII, consumiam mais de 1 800 moios de trigo anualmente.

A cidade era, ainda, a sede do mais destacado presídio militar, instalado no castelo de São João Baptista e formado por três companhias, artilharia e serviços, incluindo uma igreja e um hospital, com seus quadros de pessoal, que formavam como que uma freguesia. O governador do Castelo era uma das eminências da cidade.

As elites fidalgas, os homens da governança, como se intitulavam, morgados quase todos, governavam a câmara, ciosas dos seus pergaminhos, liberdades e

privilégios que defendiam denotadamente. Os mestres detinham, com a Casa dos Vinte e Quatro, um papel que procuravam valorizar através do Juiz do Povo, mas que este exagerando a sua acção contra as decisões camarárias de exportação de trigo em tempo de crise alimentar, das muitas que afligiram os mais pobres no século XVIII, liderando ele próprio um motim urbano em 1757, acabou sentenciado nas prisões de Lisboa e o cargo foi extinto por decisão régia, tornando-se Angra num concelho, como muitos outros, estritamente fidalgo.

Estas elites viviam de preferência no perímetro urbano, em destacados solares que ainda hoje marcam a cidade. Os Bettencourt e os Paim da Câmara, em Santa Luzia; os Sá Coutinho, em São Pedro; os Pereira Lacerda, os Pacheco de Melo, os Merens e os Carvalhais, na Sé; os Canto e Castro, os Carvão Paim da Câmara e os Moniz, na Conceição. Todos eles morgados, terra-tenentes, oficiais das milícias e detentores de cargos da confiança do rei eram os verdadeiros senhores da Angra, os orgulhosos “cidadãos da República Angrence”.

O comércio, por sua vez, a arrematação dos dízimos e outras rendas régias ou senhoriais alimentavam uma classe de comerciantes de grosso trato que vivia principalmente na rua Direita, vizinhos da Alfândega, onde o Provedor da Fazenda tinha assento.

Todo este mundo variado de interesses, que ora se harmonizavam, ora eclodiam em conflitos de competências, animava uma cidade cheia de vida requerendo abastecimento contínuo e muitas vezes difícil, que em anos de más colheitas, chegava a fazer perigar a sobrevivência. As crises alimentícias, as doenças, os cataclismos naturais e a precariedade das trocas comerciais assustavam periodicamente a pacata vida da urbe, aumentando as tensões e os conflitos, afligindo as autoridades e o sempre difícil equilíbrio social. Angra no século XVIII não foi uma cidade pacífica e por várias vezes viu desembarcarem no seu cais os inefáveis desembargadores que traziam por missão restaurar a ordem e os poderes instituídos. Estes eram temidos e considerados indesejados, despertando ódios e vinganças que agitavam os grandes e atormentavam as consciências.

Em 1766, a cidade foi escolhida para sede do novo governo dos Açores, transformados em Capitania-Geral. Passava Angra a capital dos Açores, capital legal, porque de facto, já o era. Viu chegar um Capitão-General investido em jurisdição que abrangia a Justiça, as Armas e a Fazenda e num poder simbólico de representação da pessoa do Rei, que o punha acima de qualquer autoridade até então conhecida. Pela primeira vez a cidade viu e experimentou uma corte, a que se adaptou com reservas, é verdade, mas à qual acabou rendida.

A malha urbana foi valorizada e a cidade reconstruída das mazelas que um *tsunami* provocado pelo terramoto de 1755, que destruiu Lisboa, lhe infligira.

Melhorou as condições de vida mas não afastou as crises de abastecimento, as cíclicas fomes e a precariedade da sobrevivência.

A Angra dos capitães-generais transformou-se no mais proeminente dos centros urbanos do arquipélago, mas nunca conseguiu de novo suplantar em riqueza a cidade de Ponta Delgada. Era a primeira na hierarquia, talvez até na prosápia, mas no comércio, na riqueza dos cidadãos e na auto-suficiência ocupava um lugar secundário.

2. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Dando continuidade à base de dados construída para o século XVII¹, segundo o método da reconstituição de paróquias², prosseguimos com o levantamento e cruzamento dos registos paroquiais, baptismo, casamento e óbito, visando a reconstituição das cinco paróquias da cidade de Angra para o século XVIII. O trabalho de reconstituição destas paróquias para este século encontra-se, porém, em diferentes fases, pelo que a abordagem apresentada se baseia apenas na série de óbitos, com os totais anuais, que se construiu para cada uma das quatro paróquias, para as quais dispomos de registo sistemático.

Para o período analisado, 1700-1799, dispõe-se de um total de 13540 óbitos de maiores de sete anos registados no conjunto das quatro paróquias – Sé, Conceição, Santa Luzia e S. Bento – em média mais de 135 óbitos anuais. À excepção da paróquia da Conceição, onde se encontra, a partir de 1710, mas de forma pouco sistemática, o registo de óbito de menores, em todas as paróquias o registo respeita aos maiores de sete anos. Em qualquer das freguesias, a referência à idade não é sistemática e as causas de morte também não são mencionadas.

Trata-se de paróquias que se distinguem umas das outras desde logo pelo volume da sua população. O número de óbitos registado em cada uma dá-nos disso uma imagem.

Tabela 1. Totais de óbitos dos maiores de sete anos (1700-1799) (Total e % relativa, por paróquia)

Paróquias	Sé		Conceição		S. Bento		Santa Luzia		TOTAL das 4 Paróquias	
	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%
1700-1799	5711	42,2	4294	31,7	1108	8,2	2427	17,9	13540	100

Fonte: BPAAH – *Registo Paroquial da Sé, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, S. Bento*, Livros de óbitos.

¹ MESQUITA, 2004.

² AMORIM, 1991.

Como se pode verificar na tabela 1, das quatro paróquias consideradas, a da Sé, a freguesia urbana, apresenta-se, como a maior, com mais de 42% do total dos óbitos registados. Segue-se a da Conceição, a segunda mais urbanizada, com cerca de 32% dos óbitos. Registando-se na de Santa Luzia, freguesia da cidade que já incorpora uma vasta área rural, cerca de 18% e na de S. Bento, a menor de todas e a mais ruralizada, pouco mais de 8% dos óbitos totais.

O movimento secular, representado no gráfico 1, dá-nos uma ideia, ainda que impressionista, da evolução dos óbitos nestas freguesias³.

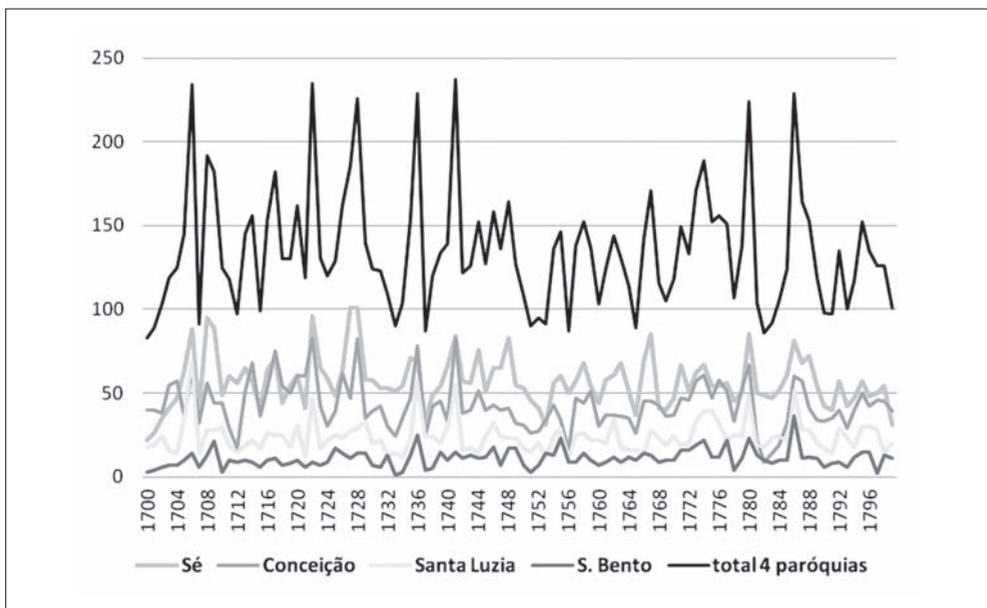


Gráfico1. Movimento anual dos óbitos (1700-1799)

Fonte: BPAAH – Registo Paroquial da Sé, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, S. Bento, Livros de óbitos.

Os picos, que pontuam ao longo de todo o século, remetem-nos para a ocorrência de crises cuja gravidade importa medir. Os estudiosos das crises de mortalidade, coincidindo na importância que lhes atribuem quando se trata de populações pretéritas como estas do século XVIII, divergem, no entanto, nas metodologias usadas para o seu cálculo e classificação⁴. Assim, com o propósito de identificar

³ O volume anual de óbitos em cada freguesia incluiu-se em anexo neste capítulo.

⁴ Procurámos em trabalho anterior (MESQUITA, 2009: 389-406), usando apenas os assentos da Sé, traçar o movimento secular dos óbitos e determinar a existência de anos de mortalidade excepcional ao longo dos séculos XVII e XVIII, por aplicação do método LIVI-BACCI, 1988.

anos de sobremortalidades que terão afectado esta cidade ao longo da centúria de setecentos, optámos pela metodologia de Dupâquier⁵. Tal opção deve-se, além de esta metodologia já estar a ser usada no estudo deste fenómeno, o que possibilita uma análise comparativa⁶, ao facto de se dispor de séries de óbitos para cada uma destas paróquias. Dispor de séries de óbitos é, efectivamente, condição para calcular os índices que nos permitem identificar a existência de crises de mortalidade. Esta metodologia, além de identificar anos de crise, permite ainda conhecer a sua magnitude.

Para identificar e definir crises de mortalidade Dupâquier apresenta uma escala com diferentes níveis, tendo em conta a sua magnitude e gravidade – o nível um, Crise Menor, correspondendo-lhe os índices de 1 a 2; o nível dois, Crise Média, com índices de 2 a 4; o nível três, Crise Forte, com índices de 4 a 8; o nível quatro, Crise Maior, correspondendo aos índices 8 a 16; o nível cinco, Crise Superior, com índices 16 a 32 e o nível seis, Crise Catastrófica, com índices superiores a 32.

Identificar e medir crises de mortalidade que tenham atingido a evolução demográfica de Angra tem toda a pertinência tanto mais que os estudos feitos sobre esta temática, para Portugal, basicamente não têm contemplado a situação dos arquipélagos⁷.

3. MORTALIDADE EXCEPCIONAL NAS QUATRO PARÓQUIAS

Dada a limitação das fontes usadas, os registos de óbitos, só nos é possível identificar crises de mortalidade para os maiores de sete anos.

Na tabela 2 fizemos constar apenas os anos em que ocorreram crises de mortalidade em pelo menos uma das quatro paróquias a que se reporta este estudo.

⁵ DUPÂQUIER, 1979.

- O grupo de investigação da História das Populações, Universidade do Minho, aplicando este método, tem automatizado o cálculo das crises de mortalidade, precisando apenas que o investigador forneça a série dos óbitos.

⁶ Defendendo a necessidade de uma análise comparativa consistente, foi esta a metodologia usada por Hermínia BARBOSA, na elaboração do relatório *Mortalidade extraordinária em Portugal (da 2ª metade do século XVI- 1ª metade do século XX)* no âmbito do Projecto “Portugal, país de mortalidade excepcionalmente favorável? Aprofundamento micro-analítico (séculos XVII a XX)”, POCI/HAR/60940/2004.

⁷ BARBOSA e GODINHO, 2001. Neste trabalho é apresentado um levantamento dos estudos feitos sobre esta temática, não havendo referência à situação dos arquipélagos. Um estudo sobre as crises de mortalidade na cidade do Funchal, Madeira (1750-1830) inclui-se no presente volume.

Tabela 2. Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro comparativo

ANO	Paróquias											
	Sé			Conceição			Santa Luzia			S. Bento		
	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo
1706	1,561	1		2,090	2		6,751	3		1,079	1	
1708	2,122	2	2,75284	0,967			0,138			0,701		
1709	1,630	1	C	-0,090			0,102			3,936	2	
1714	-0,441			1,833	1		-0,320			-0,275		
1717	0,548			2,262	2		0,611			0,339		
1720	0,546			0,751			2,188	2		0,701		
1722	4,030	3		1,974	1		4,716	3		0,157		
1725	-0,726			-0,985			0,107			5,060	3	5,59537
1726	0,180			0,487			-0,200			1,535	1	C
1727	2,720	2	3,68336	-0,554			0,277			0,358		
1728	1,963	1	C	2,087	2		0,475			1,293	1	1,34541
1729	-0,517			-1,237			0,865			1,053	1	C
1736	0,148			2,101	2		5,310	3		3,280	2	
1740	1,162	1	2,92126	-0,528			0,584			0,116		
1741	2,759	2	C	2,905	2		2,530	2		0,800		
1744	1,272	1		0,245			-0,927			-0,065		
1746	0,393			-0,253			0,266			1,065	1	
1748	1,949	1		-0,339			-0,231			1,447	1	1,72544
1749	-0,952			-1,008			-0,222			1,278	1	C

ANO	Paróquias											
	Sé			Conceição			Santa Luzia			S. Bento		
	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo
1755	0,396			-0,276			1,415	1		2,326	2	
1757	0,225			1,900	1	3,13863	0,942			-0,463		
1758	1,147	1		1,266	1	C	1,092	1		0,368		
1759	0,233			1,972	1	C	0,297			-0,291		
1762	0,896			0,071			2,421	2		0,110		
1763	1,443	1		-0,138			-0,708			-0,696		
1766	1,519	1	3,32675	0,934			-1,195			2,030	2	2,12117
1767	2,807	2	C	0,835			1,184	1		1,091	1	C
1771	0,774			1,739	1	5,08169	-0,375			3,022	2	7,70443
1772	-0,374			1,213	1	C	-0,187			2,043	2	C
1773	0,427			2,736	2	C	3,303	2	6,57103	2,745	2	C
1774	0,822			2,394	2	C	3,179	2	C	2,894	2	C
1775	-0,174			0,283			2,089	2	C	-0,460		
1776	-0,318			1,581	1		0,751			-0,527		
1777	-0,061			0,408			-0,756			2,007	2	
1780	4,026	3		2,113	2		3,000	2		1,590	1	
1786	2,386	2		1,261	1	1,34222	3,065	2		4,229	3	
1787	0,774			1,081	1	C	0,026			-0,409		
1795	0,045			0,998	1		0,490			0,352		
1798	0,340			0,997	1		-1,688			0,854		

Fonte: Estatística calculada, aplicando o método de Dupâquier às séries de óbito.

Verifica-se, na tabela 2, que ocorreram crises em 39 dos 100 anos em análise. Dezanove na primeira metade do século e vinte na segunda metade. Tanto na primeira como na segunda parte da centúria, as crises cingem-se em muitos anos a uma paróquia. Acontece por doze vezes até 1750 e, por dez vezes, depois, até ao final do século. Com diferentes graus de gravidade, atingindo simultaneamente duas paróquias registaram-se duas e quatro crises na primeira e segunda metade do século, respectivamente. Crises simultâneas em três destas paróquias detectaram-se em oito anos, quatro em cada meio século. Efectivamente, das 39 ocorrências, apenas três são comuns às quatro paróquias e também com diferentes magnitudes – são as crises registadas nos anos de 1706, 1780 e 1786. A crise de 1706, configurando uma Crise Menor nas paróquias da Sé e de S. Bento foi, porém, uma Crise Média na paróquia da Conceição e uma Crise Forte em Santa Luzia. Em 1780 a crise foi Forte na Sé, tornando-se Média na Conceição e Santa Luzia e apresentou-se como Crise Menor em S. Bento. No entanto, no ano de 1786, a paróquia de S. Bento foi a mais fustigada, sofrendo uma Crise Forte, ao contrário da Sé e de Santa Luzia que foram afectadas por Crises Médias e a da Conceição por uma Crise Menor.

Tabela 3. Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro resumo do tipo de crises

Crises/ Nível (Magnitude)	Paróquias								
	Índices	Sé		Conceição		Santa Luzia		S. Bento	
		Nº de crises	Crises a Cavalo						
1-Menor	1 a 2	9		12		3		9	
2 -Média	2 a 4	5		8		8		9	
3 -Forte	4 a 8	2		0		3		2	
Total		16	4	20	3	14	1	20	5

Fonte: Cálculos elaborados a partir da tabela 2.

Seguindo a tabela 3 e considerando cada uma das paróquias, verificamos que ao longo da centúria as paróquias da Conceição e de S. Bento foram atingidas por crises por vinte vezes, embora em anos nem sempre coincidentes. A paróquia da Sé foi-o por dezasseis vezes e a de Santa Luzia por catorze.

Numa observação mais pormenorizada, seguindo a tabela 3, verifica-se que na paróquia da Sé das dezasseis crises registadas duas foram de magnitude 3 (Crises

Fortes), cinco de magnitude 2 (Crises Médias) e nove de magnitude 1 (Crises Menores); na Conceição não encontramos, entre as vinte ocorrências, Crises Fortes (de magnitude 3), sendo oito Crises Médias (de magnitude 2) e doze Crises Menores (de magnitude 1). Em Santa Luzia, entre os catorze anos de crises, encontramos três Crises Fortes (de magnitude 3), oito Crises Médias (de magnitude 2), sendo as três restantes Crises Menores. Por último na paróquia de S. Bento, registaram-se, entre as vinte ocorrências, duas Crises Fortes (de magnitude 3), nove Crises Médias (de magnitude 2) e nove Crises Menores.

Constata-se também que em alguns anos a crise se prolongava para o ano ou anos seguintes. São as crises a cavalo. Na Sé registaram-se quatro crises deste tipo, estendendo-se todas por dois anos consecutivos, a saber 1708/1709; 1727/1728; 1740/1741 e 1766/1767. Todas ficaram entre o índice 2 e 4, reportando crises médias.

Na Conceição são três as crises a cavalo, mas prolongando-se, duas delas, por mais de dois anos, cada uma – a de 1757/1758/1759 que se estendeu por três anos; a de 1771/1772/1773/1774 que atingiu quatro anos e a mais curta, a de 1786/1787. Assim, das características Crises Menores e Crises Médias também, nesta paróquia da Conceição, se chega a uma Crise Forte, quando consideradas as crises a cavalo, pois verifica-se um índice superior a 5 para o conjunto dos anos de 1771 a 1774. Em Santa Luzia, prolongando-se por 3 anos, 1773/1774/1775, as crises a cavalo, resultaram numa crise forte que ultrapassou o índice 6. Finalmente, em S. Bento, a mais rural das freguesias, ocorreram 5 crises a cavalo – duas com índices de crises fortes, em 1725/1726, com índice superior a 5 e em 1771/1772/1773/1774, com índice superior a 7; as outras três, em 1728/1729, 1748/1749 e 1766/1767, configuram crises menores, as duas primeiras e uma crise média, a última referida.

Se compararmos a primeira com a segunda metade do século verificamos que as paróquias também não foram igualmente fustigadas. A primeira metade do século parece ter sido mais penosa para a paróquia da Sé, que sofreu dez das suas dezasseis crises, enquanto nas restantes paróquias a segunda metade se mostrou mais adversa – na da Conceição ocorreram treze das suas vinte crises, na de Santa Luzia foram nove das catorze totais e na de S. Bento, embora se registem dez crises em cada metade da centúria, o certo é que também foi na segunda metade que o número de crises de magnitude 2 se superiorizou às de magnitude 1.

Na globalidade, na primeira metade da centúria registou-se uma crise, a de 1706, que atingiu em simultâneo as quatro paróquias e na segunda metade de setecentos o mesmo aconteceu por duas vezes, nos anos de 1780 e 1786.

Identificados os anos de crise e a respectiva magnitude seria importante, para interpretar estes resultados estatísticos, procurar as suas causas, atendendo às características das paróquias. Dado que o nosso esforço ainda está muito concentrado na construção da base de dados, a partir da informação paroquial, para a

reconstituição destas paróquias, recorreremos às informações que nos são veiculadas pelos Anais da Ilha Terceira⁸. O autor desta obra, consultando diversas fontes, nomeadamente as vereações entre outra documentação camarária, dá-nos conta, ano a ano, de alguns aspectos úteis para um melhor conhecimento dos problemas que mais afectaram a cidade no século XVIII.

De entre o que acontecia nesta Ilha, merecedor de registo na perspectiva do autor, encontramos referenciados vários anos do século XVIII como tendo sido de escassez e ou anos de febres e moléstias. Os anos de escassez são anotados, geralmente, com grande dramatismo. São exemplo “O ano da fome”, ano de produção insuficiente de cereal a que se juntaram as dificuldades em encontrar de onde o importar, como aconteceu em 1785. O ano de 1757 é apontado como o infausto ano, marcado por tumultos para evitar a embarcação do trigo para o Reino. E 1793 foi o ano em que a escassez da colheita de trigo obrigou o Presidente do Governo interino, em Janeiro de 1794, a officiar à Câmara sobre “não haver trigo algum à venda, andando os povos de porta em porta sem terem quem lhe vendesse um só alqueire, havendo-os nos graneis, que por monopólio se lhes não vendia”⁹.

Não menos dramática é a referência às febres e moléstias que foram grassando ao longo do século – “ano de grande mortandade”, “epidemia febril”, “contágio de febres violentas e defluxões tão pestilentas, que delas faleceram muitas pessoas” e “contágio de graves moléstias” ou “gravíssima moléstia contagiosa de febres escarlatinas” são algumas das expressões usadas, reportando-se à ilha em geral ou a Angra em particular.

Na tabela 4, fazemos constar, para a primeira metade do século, os anos referenciados como de escassez, febres e moléstias e os anos em que ocorreram as crises calculadas e supra identificadas.

Tabela 4. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (1ª metade do século)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1705						
1706			X	X	X	X
1707						
1708			X			
1709			X			X

⁸ DRUMOND, 1981, Vol. II e III.

⁹ DRUMOND, 1981, Vol. II: 270-271; Vol. III: 58-59 e 62.

Tabela 4. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (1ª metade do século) (cont.)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1710	X					
1711 - 1713						
1714				X		
1715						
1716						
1717				X		
1718 - 1719						
1720					X	
1721						
1722			X	X	X	
1723-1724						
1725						X
1726						X
1727			X			
1728			X	X		X
1729						X
1730 - 1735						
1736		X		X	X	X
1737	X					
1738- 1739						
1740			X			
1741		X	X	X	X	
1742- 1743						
1744			X			
1745						
1746						X
1747						
1748			X			X
1749						X
1750						

Fonte: DRUMOND, 1981, ob. cit., Vol. II e III; Quadro 2: Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro comparativo

Na tabela 5 apresentamos, para a segunda metade da centúria, o mesmo tipo de informação – os anos referenciados como de escassez, febres e moléstias e os anos em que ocorreram as crises por nós identificadas.

Tabela 5. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (2ª metade do século)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1751	X					
1752	X					
1753						
1754	X	X				
1755					X	X
1756	X	X				
1757	X			X		
1758	X		X	X	X	
1759	X			X		
1760 – 1761						
1762					X	
1763			X			
1764						
1765						
1766			X			X
1767			X		X	X
1768						
1769						
1770						
1771		X		X		X
1772				X		X
1773				X	X	X
1774				X	X	X
1775					X	
1776				X		
1777						X
1778 -1779						
1780			X	X	X	X
1781- 1784						
1785	X					
1786			X	X	X	X
1787				X		

Tabela 5. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (2ª metade do século) (cont.)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1788 – 1792						
1793	X					
1794	X	X				
1795		X		X		
1796						
1797						
1798	X			X		
1799						

Fonte: DRUMOND, 1981, ob. cit., Vol. II e III; Quadro 2: Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro comparativo

Coincidindo com anos identificados como de crises de mortalidade ou antecedendo-os, ao longo de Setecentos, são treze os anos mencionados como de escassez e sete anos como de febres e moléstias (tabelas 4 e 5). Confirma-se que a fome e a doença, por si ou associadas, continuavam a ser factores de grande mortandade. Ficam, porém, anos, atingidos por crises de mortalidade, sem que a fonte consultada nos permita associá-los a crise de alimentos ou a qualquer moléstia.

Sabemos que este quadro de escassez e de epidemias é comum a outros contextos geográficos, como o Funchal, na ilha da Madeira, por exemplo. Neste caso, temos algumas informações, para a segunda metade do século XVIII, que nos dão conta de cinco anos de escassez (1754; 1755; 1778; 1779; 1799) e de dois anos de epidemias (1768; 1770)¹⁰. Comparando com as informações de que dispomos para Angra constata-se que só há coincidência em um ano de escassez, o ano de 1754. Quanto às restantes datas encontramos alguma aproximação nas febres e moléstias do ano de 1771, que afectaram Angra, com a epidemia reportada ao Funchal em 1770.

Conhecer o meio e as condições que a cidade oferecia às suas gentes¹¹ é importante para se chegar a uma explicação da ocorrência das crises de mortalidade,

¹⁰ Dados cedidos por Carlota Santos, Maria de Fátima Barros e Paulo Teodoro de Matos. Será interessante, podendo dispor de séries de óbitos e calcular crises para este espaço, verificar se a estes anos de escassez e epidemias corresponderam anos de crise de mortalidade. A este respeito consulte-se o capítulo “Dinâmicas demográficas e crises de mortalidade na cidade do Funchal, 1750-1830”, incluído nesta obra.

¹¹ Uma outra fonte que nos ajuda a conhecer a cidade são as Posturas de 1788, uma actualização das de 1655, que visavam não só melhor responder à vida social da cidade que naturalmente se havia modificado, mas acomodar-se às novas circunstâncias criadas pelo Decreto de 2 de Agosto de 1766 que instituiu o Governo-Geral do Arquipélago com sede em Angra. Deste Decreto resulta que parte das atribuições legislativas dos municípios passou para a competência dos Capitães-Generais. RIBEIRO, 1983: 413 e ss.

pois o número de óbitos de uma dada população pode variar ao longo de anos ditos normais, dependendo não só das suas características, por sexo ou idade, mas também dos meios de que essa população dispõe para retardar a morte, como são as condições de alimentação¹², de salubridade e higiene ou de cuidados de saúde.

O comportamento encontrado no século XVIII pode bem ser o reflexo de um agravamento conjuntural das condições gerais de vida repetido a intervalos irregularmente espaçados – a escassez das colheitas, sobretudo do trigo cuja falta se devia à fraca produção e às dificuldades em importar, pois nem sempre era fácil encontrar de onde o fazer; os contágios, não raramente, importados que obrigavam à actuação vigilante das autoridades da saúde (nos finais do século XVIII, as preocupações com eventuais contágios continuavam a merecer atenção e a ser da competência do Senado da cidade); a manutenção de comportamentos indesejados no campo da higiene pública; a inegável perda de importância de Angra como principal porto do arquipélago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises identificadas, estando em muitos dos anos associadas à escassez de alimentos e a enfermidades contagiosas, são ainda, quanto à sua origem, tipicamente crises de Antigo Regime, apresentando-se por vezes como crises de tipo misto que associam a fome e a doença.

Atendendo à gravidade e à frequência com que ocorreram as crises de mortalidade nestas freguesias, ao longo do século XVIII, pode concluir-se que na cidade, apesar de periodicamente a mortalidade ter encontrado um campo favorável, não se registaram anos que pudessemos classificar como de crise muito grave.

Considerando a sua magnitude, constata-se que em nenhuma das paróquias se registaram crises maiores (índices 8 a 16), crises superiores (índices 16 a 32) ou crises catastróficas (índices de 32 e mais). As mais frequentes eram crises menores (33 ocorrências); seguiam-se as crises médias (30 ocorrências) e mais raramente crises fortes (7 ocorrências). Assim, há a ressaltar a importância das crises menores e médias na evolução da mortalidade excepcional.

É de destacar, além da sua variedade e das suas diferentes durações e magnitudes, o facto de as crises de mortalidade nem sempre terem atingido em simultâneo todas as paróquias da cidade de Angra.

Posturas camarárias da Cidade de Angra, tomo II. Disponíveis em <http://www.ihit.pt/new/posturas/2008/Angra.pdf>. [consulta realizada em 5/11/2011].

¹²Veja-se LIVI-BACCI, 1984 – Neste ensaio o autor procura analisar os mecanismos de natureza biológica, social e cultural que relacionam alimentação, mortalidade e população determinando as suas variações a curto e a longo prazo, no período que medeia entre a peste negra do século XIV e a Revolução Industrial.

Contata-se, pois, que as crises associadas a anos de escassez ou de moléstias incidiram indiscriminadamente em uma ou outra freguesia, independentemente do estatuto de freguesia mais urbana ou mais rural. Se o ano de 1736, um ano de moléstias, por exemplo, se pode associar à crise que afectou as freguesias da Conceição, Santa Luzia e São Bento, não afectando a freguesia urbana da Sé, o ano de 1741, também ano de moléstias, foi igualmente de crise de mortalidade, mas nas freguesias da Sé, Conceição e Santa Luzia, poupando desta vez a freguesia de S. Bento, a mais rural das freguesias da cidade. O mesmo se observa quando consideramos o ano de 1758 cuja crise de mortalidade, sendo antecedida de dois anos de escassez, se registou só nas freguesias da Sé, da Conceição e de Santa Luzia.

Este comportamento descarta a hipótese de se considerar a Sé, a mais urbana, menos exposta à escassez porque teria meios mais eficazes para se poder abastecer em anos de penúria.

ANEXOS

Tabela 1. Série de óbitos dos maiores de sete anos nas 4 paróquias (1700-1799)

Ano	Paróquias			
	Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1700	22	40	18	3
1701	26	40	19	4
1702	35	38	24	6
1703	41	55	16	7
1704	47	57	14	7
1705	63	37	35	10
1706	88	63	69	14
1707	39	32	14	6
1708	95	56	28	13
1709	89	44	28	21
1710	49	44	29	3
1711	60	29	19	10
1712	56	17	15	9
1713	65	51	19	10
1714	57	68	22	9
1715	40	36	17	6
1716	64	53	26	10
1717	71	75	25	11
1718	44	54	25	7
1719	54	50	18	8
1720	61	60	31	10

CRISES DE MORTALIDADE EM QUATRO PARÓQUIAS DA CIDADE DE ANGRA NO SÉCULO XVIII
(UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS REGISTOS DE ÓBITO)

Ano	Paróquias			
	Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1721	41	60	12	6
1722	96	83	47	9
1723	65	42	17	7
1724	59	30	22	9
1725	48	39	25	17
1726	63	62	23	14
1727	101	47	27	11
1728	101	82	29	14
1729	58	35	33	14
1730	58	39	20	7
1731	53	42	22	6
1732	53	30	13	13
1733	51	24	14	1
1734	54	35	12	3
1735	71	47	23	13
1736	69	78	57	25
1737	34	25	24	4
1738	49	42	24	5
1739	54	45	20	15
1740	66	33	30	10
1741	84	83	55	15
1742	57	38	16	11
1743	56	40	17	13
1744	76	51	14	11
1745	51	40	24	12
1746	65	43	32	18
1747	65	40	24	7
1748	83	41	23	17
1749	55	32	23	17
1750	53	31	17	7
1751	46	26	15	3
1752	41	27	20	7
1753	31	34	12	14
1754	56	43	24	13
1755	60	34	29	23
1756	50	16	12	9
1757	57	47	25	9
1758	68	44	26	14
1759	54	51	22	10
1760	44	30	22	7

Ano	Paróquias			
	Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1761	58	37	20	9
1762	61	37	34	12
1763	68	36	18	9
1764	51	35	16	12
1765	37	26	16	10
1766	69	45	14	14
1767	85	45	28	13
1768	41	43	23	9
1769	40	36	19	10
1770	47	37	24	10
1771	67	47	19	16
1772	51	46	20	16
1773	62	57	33	19
1774	67	61	39	22
1775	54	47	39	12
1776	54	58	32	12
1777	56	51	22	22
1778	45	33	25	4
1779	50	53	24	11
1780	85	67	49	23
1781	50	22	19	13
1782	49	9	18	10
1783	47	14	23	8
1784	52	19	24	10
1785	61	32	21	10
1786	81	60	52	36
1787	68	57	28	11
1788	72	41	28	12
1789	54	34	20	11
1790	42	33	17	6
1791	40	35	14	8
1792	57	40	29	9
1793	42	29	23	6
1794	47	40	18	12
1795	57	50	30	15
1796	48	42	30	15
1797	50	46	28	2
1798	54	45	14	13
1799	31	39	20	11

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M. Norberta B. (1991) – *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira; GODINHO, Anabela de Deus (2001) – *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: NEPS/ICS – Universidade do Minho.
- CORDEYRO, António, Pde. (1981), *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, fac-símile da edição *princeps* de 1717. Angra do Heroísmo: SREC.
- DRUMOND, Francisco Ferreira (1981) – *Anais da ilha Terceira*, Vols. I a IV, Fac-símile da edição de 1850. Angra do Heroísmo: SREC.
- (1990) – *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, com estudo introdutório, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite. Angra do Heroísmo: IHIT.
- DUPAQUIER, Jacques (1979) – L'Analyse statistique des crises de mortalité, *The great mortalities: methodological Studies of demografic crises in the past*, p. 83 – 112.
- LIVI-BACCI, Massimo (1988) – *Ensayo sobre la historia demográfica europea Población y alimentación en Europa*. Ariel Historia.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984) – *Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências*. In MARCILIO, Maria Luiza, org. – *População e Sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 69-109.
- MALDONADO, Pe. Manuel Luís (1997) – *Fénix Angrence*. Angra do Heroísmo: I.H.I.T., vol. 1.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais (2004) – *As Gentes de Angra no século XVII*. Braga: ICS da UM. Tese de doutoramento.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais (2009) – *Crises de Mortalidade em Angra nos séculos XVII e XVIII: sua identificação a partir dos registos de óbito*, Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães “Do Absolutismo ao Liberalismo”, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 389 – 406.
- RIBEIRO, Luís da Silva, (1983) – *Obras II História*, IHIT, SREC: Angra do Heroísmo, pp. 413 e ss.

FONTES

Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (BPAAH) – Registo Paroquial, Angra

Freguesia da Sé:

Óbitos – Livro 7 (6-Jan-1678 a 11-Jul-1702); Livro 8 (11-Jul-1702 a 15-Abr-1731); Livro 9 (23-Abr-1731 a 10-Jan-1750); Livro 10 (20-Jan-1750 a 21-Nov-1777); Livro 11 (30-Nov-1777 a 16-Dez-1788); Livro 12 (23-Nov-1788 a 31-Mai-1799); Livro 13 (1-Jun-1799 a 2-Jan-1819)

Freguesia da Conceição:

Óbitos – Livro 3 (22-Jul-1678 a 21-Fev-1712); Livro 4 (24-Jun -1712 a 25-Dez-1733); Livro 5 (3-jan-1734 a 20-Set-1754); Livro 6 (10-Nov-1754 a 16-Set-1776); Livro 7 (17-Set-1776 a 17-Nov-1797); Livro 8 (20-Nov-1797 a 12-Nov-1805).

Freguesia de Santa Luzia:

Óbitos – Livro 1 (25-Jun-1694 a 24-Nov-1721); Livro 2 (17-Dez-1721 a 20-Abr-1755); Livro 3 (29-Out-1760 a 14-Ago-1786); Livro 4 (16-Ago-1786 a 7-Mai-1799); Livro 5 (15-Mai-1799 a 30-Mai-1816)

Freguesia de S. Bento:

Óbitos – Livro 1 (8-Mar-1708 a 31-Dez-1801).

